

Avaliação, gestão e novas possibilidades para emancipação na perspectiva de transformação social.

Eliana Curvelo Rodrigues¹
Maria José Romanatto²
Rosebelly Nunes Marques³
Ricardo Ribeiro⁴
Sebastião de Souza Lemes⁵

RESUMO: Este texto discorre sobre diferentes concepções de avaliação, que, uma vez materializadas nos instrumentos, devem possibilitar reflexões sobre o estado do objeto avaliado e sobre as práticas educativas que promovem mudanças ou se perpetuam pela reprodução. Destaca a questão do uso de indicadores de forma crítica e busca, nos argumentos que fundamentam essa criticidade, o respaldo para reorientar a gestão educativa. Nesse sentido, discute a intencionalidade da avaliação institucional e dos programas de avaliação de resultados dos sistemas de ensino. Oferece ainda algumas pistas para que, na perspectiva da gestão, as ações avaliativas, pelo seu potencial regulador, tenham participação efetiva na qualificação dos processos educativos. A avaliação, enquanto instrumento de regulação do processo de gestão, o reconstrói.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação; gestão; transformação social.

A análise dos procedimentos avaliativos pelos quais passa a educação precisa ser compreendida e identificada na discussão sobre processos de gestão. Gestão, aqui, possui o sentido de organizar e estruturar a eficiência para melhorar os resultados no ambiente escolar.

Gentilini (2001, p. 44), ao discutir o assunto, afirma que a gestão:

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara/SP. E-mail: eliana@fca.unesp.br.

² Prof.^a do Departamento de Ciências da Educação – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara/SP. E-mail: maze@fclar.unesp.br.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara/SP. E-mail: rosebelly@fclar.unesp.br.

⁴ Prof. Dr. do Departamento de Ciências da Educação – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara/SP. E-mail: despertarosol@gmail.com.br.

⁵ Prof. Dr. do Departamento de Ciências da Educação – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara/SP. E-mail: sslemes@uol.com.br.

[...] aparece tão-somente como transmissão de ordens, determinações, normas e regulamentos. Ela é instrumental à manutenção e funcionamento de uma dada estrutura técnica que se sobrepõe aos indivíduos da organização e dos quais se espera que, instruídos e treinados sobre o que devem e não devem fazer, contribuam o máximo possível para o bom funcionamento da organização, considerando-se que ela não pode perder seu lugar em uma sociedade altamente competitiva.

Durante muitos anos o termo gestão foi caracterizado por formas racionais, técnicas e mecanicistas e, posteriormente, os processos de gestão ampliaram o leque das possibilidades de atuação. Para Glatter (1988, p. 10 apud GLATTER, 1995, p. 147): “a gestão deve ser antes tomada como uma atividade que pode facilitar e estruturar a definição de objetivos e que pode igualmente dar-lhes expressão prática”.

Nesse sentido, a avaliação aparece como elemento de gestão para controlar e orientar as mudanças de comportamentos que influem na dinâmica conjuntural. Para tanto, é necessário entender quais mecanismos são utilizados na avaliação, com a finalidade de propor ajustes que visem a mudanças (entendidas como melhorias nos mecanismos estruturais e organizacionais presentes nas instituições). Segundo Lemes (2008, p. 1), a avaliação possibilita a “revelação”, o conhecimento da realidade em transformação. Os componentes dos mecanismos da avaliação, desvinculados da real importância do ato de avaliar, tornam os instrumentos aversivos, implicando na busca de responsáveis pela ineficiência da educação, ou melhor, do ensino/aprendizagem pelo qual passa a educação brasileira.

O modelo de avaliação instituído pelo MEC leva as instituições de ensino à competitividade. Isso acarreta sua adequação à lógica de mercado que valoriza o valor de troca (CUNHA, 2005), dessa forma, a educação é considerada uma mercadoria e não um bem público. Assim, as avaliações externas instituídas pelas agências governamentais possibilitam a concepção de padrão de ensino, e, apesar disso, possibilitam também a concretização de um valioso instrumento de controle.

Tal controle permite a punição e a premiação, constando-se nesse modelo avaliativo a disputa e a transferência de responsabilidades entre professores, alunos e gestores; especialmente quando não há o alcance dos resultados esperados pela instituição, mediante a avaliação oficial (CUNHA, 2005).

Nesse contexto, cabe-nos uma reflexão sobre as práticas de ensino que acabam por fortalecer um ensino/aprendizagem automático e não autônomo; o qual legitima o modelo supracitado, em vez de utilizar a avaliação como proposta de ensino/aprendizagem transformadora da realidade social que se constrói continuamente, no que consideramos uma

época de incertezas do sistema tradicional (TEDESCO, 2001); uma época de crise como provocação no significado que pode ter e ser sentido, a crise como crítica e a crise como criatividade para mudança do estágio em que se encontra o sistema educacional.

Há necessidade de legitimar a importância da avaliação e todos os atores desse processo percebem isso. Contudo, o que se questiona são as formas através das quais os indicadores se mostram. Essas podem apresentar desde pequenos desvios a realidades totalmente distorcidas.

Assim, a percepção da avaliação como instrumento de medição deve ser revisto para não perpetuar significados embasados apenas na quantificação e em escalas, atribuindo valores. É necessária a compreensão de quais são os objetivos desejados na formação e verificar como foram alcançados, de forma a ajudar, através da intervenção, a modificação dos indivíduos (BONNIOL; VIAL, 2001).

Sendo a avaliação uma forma de se revelar e/ou se constatar algo, ela imprime ao avaliador um papel significativo no ato de avaliar, pois não basta apenas descrever os dados sob critérios e variáveis e interpretá-los somente sob os pontos de vista do avaliador. É prudente que o avaliador compreenda que, ao avaliar, ele manifesta uma opinião que será dirimida e interpretada no avaliado; e, dessa comunicação, deve surgir possibilidades de colaboração, de harmonização entre as práticas, deve surgir um novo enfoque do ato de avaliar e de ser avaliado. Essa compreensão pode evidenciar que: “compreender não é mais procurar a causa” (BONNIOL; VIAL, 2001, p. 53). As explicações podem ser pluricausais e não mais lineares como a visão positivista do que é avaliar.

A superação da interpretação do modelo de avaliação às quais as instituições são submetidas pode ser o início de uma comunicação efetiva para apreender o sentido verdadeiro da cultura da avaliação.

Lemes (2008) afirma que a avaliação periódica do sistema educativo permite que se conheça a realidade e as especificidades de cada componente do sistema, bem como a sua evolução. Conhecendo as características, as dificuldades e os problemas particulares de cada unidade escolar ou de cada região, a avaliação permite a orientação ou a reorientação das políticas públicas, a fim de se atingir os objetivos almejados.

Vinculados a esse pensamento, salientamos a importância de se entender quais pressupostos orientam a avaliação, na medida do sentido e do significado que avaliar implica. Principalmente porque as pesquisas feitas até aqui não mostram alternativas e propostas a serem utilizadas, para o caso dos resultados se apresentarem abaixo do esperado. Essa preocupação é evidente, pois, segundo Bonniol e Vial (2001), o ato de avaliar não deve se

configurar enquanto ato de poder ou de domínio, é uma dimensão com que contamos para controle e com a qual precisamos evoluir o tempo todo.

Quais são os princípios éticos que devem nortear o ato de avaliar? São necessárias estratégias e metas, nesse ato. Segundo Bonniol e Vial (2001, p. 357), a avaliação é a comunicação permanente em que não basta querer fazer bem, nem apostar que o outro chegará lá, ainda é preciso agir com ele. Esse agir é essencial, e deve ser utilizado através da regulação. Regular, no sentido de articular, transformar em jogo o diálogo que se posta no ato de avaliar, possibilitar a ruptura permanente e contínua para reencantar o ato de ensinar e de aprender.

Para efetuar essa análise, torna-se necessário o afastamento do objeto para sua ressignificação, sob uma interrogação dos sentidos das práticas avaliativas. Segundo Bonniol e Vial (2001, p. 23-24), seria uma aposta na “complexidade”, onde a avaliação não se torna apenas instrumentos de soluções a serem utilizados, mas também se torna a possibilidade de articular os modelos e torná-los disponíveis para a construção efetiva do conhecimento.

Para se obter informações necessárias, que tornem a avaliação efetiva, é necessário que se disponha de meios que comuniquem se os objetivos desejados foram alcançados; que se construam indicadores que forneçam informações regulares.

Landsheere (1997) reitera a importância da avaliação e da construção de indicadores educacionais, salientando que, através deles, é possível recolher informações, avaliá-las e traduzi-las em ações institucionais. Através de indicadores, torna-se possível descrever as qualidades do sistema educativo, informar sobre suas características e suas formas de organização e, ainda, informar sobre seus principais problemas ou deficiências.

Considerando alguns teóricos que discutem o assunto, Landsheere (1997) indica mudanças de aspecto importantes como qualidade de ensino e demonstra que os indicadores podem servir de catalisadores de novas idéias. Os indicadores demonstram como são associados os recursos, a qualidade dos alunos e dos professores, a pedagogia utilizada e a qualidade dos formados. Eles norteiam o comportamento e a direção, sem delimitá-los, ao mesmo tempo em que exercem um efeito de refluxo sobre o ensino e atuam como uma arma política para dar força e reconhecimento ao trabalho docente, garantindo a qualidade de sua profissão. Toda avaliação implica subjetividades, portanto, o ato de avaliar deve utilizar instrumentos e meios que possam ser interpretados a guisa de trazer à tona informações sobre a qualidade da educação. Para esse autor, conceber indicadores é uma operação na qual intervêm considerações filosóficas (juízos de valor), políticas e técnicas. Esses indicadores

devem ser fáceis de serem utilizados, interpretados e, principalmente, devem fornecer credibilidade ao que se apresenta, promovendo melhorias na qualidade do objeto avaliado.

Atribuir valores à qualidade do que pode ser avaliado significa manter em evolução as concepções do que se deve aprender, e, principalmente, manter um estado de alerta para não incorrer em avaliações na forma de controle. O sentido de avaliar, aqui proposto, é o de provocar e o de estimular a construção de instrumentos que validem a ciência da avaliação. E fazer isso implica necessariamente em uma reflexão sobre como o trabalho na educação precisa ser reestruturado, pois a sociedade atual exige mudanças, não mais pontuais, mas processuais e, com efeitos permanentes sobre as formas de pensar e de agir para buscar a qualidade pretendida nessa educação.

A avaliação institucional feita pelo poder público pode auxiliar muito ao revelar o verdadeiro estado em que se encontra a educação, pois, além de aprovar ou desaprovar, essas devem apresentar diretrizes para a qualidade. Os sistemas baseados na exclusão e autoritarismo não se mantêm, portanto a qualidade para todos está na premissa que todos somos capazes de aprender:

Nenhum sistema baseado na exclusão e no autoritarismo pode ser sustentável no longo prazo. É por isso que a demanda de qualidade para todos, baseada no pressuposto de que todos os seres humanos são capazes de aprender, constitui a alternativa socialmente mais legítima. (TEDESCO, 2001, p. 57).

Considerando os argumentos de Lemes (2008), as avaliações emergem exatamente no contexto social e político, na medida em que possibilita apreender a experiência passada e diagnosticar as condições atuais. Apresenta-se como um instrumento de apoio à decisão, ao planejamento e à gestão das políticas públicas em educação.

Nesse contexto, cabe a afirmação de Tedesco (2001), de que, quando a educação é democratizada, surge qualidade na educação. E, ainda, que as inovações no campo da educação começam no plano local, pois é possível conhecer as especificidades e as necessidades locais. A avaliação, ao permitir a construção de indicadores sobre sua evolução temporal, é uma parceira fundamental para a orientação no sentido de um novo projeto educativo, amparado pela gestão do sistema e pela gestão das políticas públicas. Essa qualidade referida por Tedesco, que tem que ser objetivada ao se pensar em avaliação sobre o sistema educacional, deve promover a resolução dos problemas cotidianos e favorecer o desenvolvimento desejável da pessoa humana. Uma qualidade em que os quatro pilares da

educação – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos –, propostos por Delors (2005), não recaiam sob uma avaliação utilizada como controle, que só promove uma educação utilitária, incompleta, totalmente dispensável para o que se propõe neste século em relação à educação.

Não basta a recusa sobre os métodos avaliativos, é necessário saber e compreender os instrumentos utilizados para poder pontificar meios e instrumentos que levem ao conceito de que avaliar é aceitar as oposições e negociações, renunciando as certezas (BONNIOL; VIAL, 2001).

É imprescindível que se leve em consideração os estudos inferidos sobre o Ensino Superior a partir das avaliações a que são submetidos por ocasião do credenciamento e credenciamento. Essas avaliações sugerem manifestações em torno das questões conceituais e teórico-metodológicas que propiciam um debate aprofundado acerca da importância da avaliação institucional e propostas de desenvolvimento de estratégias que articulem: negociação política e sólidos princípios teóricos (GREGO et al., 2007). Para Grego, há a necessidade de manter ativas as propostas de desvelar a avaliação em relação às formas e aos conteúdos como condição para o avanço da teoria e da prática da avaliação e o estabelecimento de uma cultura avaliativa dentro das instituições universitárias.

Deve-se ter claro que o propósito primordial da ação da avaliação é assumir uma qualificação implícita de compromisso social, e não apenas responder aos interesses econômicos propostos pelo governo central.

Com uma análise sob esse foco, faz-se coerente predispor qual é a intencionalidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em sua perspectiva de avaliação, na qual os objetos e os objetivos delineiam o que e para que as instituições avaliadas sejam submetidas ao julgo das análises e das adequações necessárias e coerentes para a qualidade do ensino e aprendizagem. Segundo essa concepção, mais que identificar as qualidades e os aspectos fortes das Instituições de Educação Superior (IES), é necessário verificar e constatar as suas deficiências e explicitar as possibilidades reais para a superação dessas deficiências, estabelecendo as ações adequadas e os meios para que ocorra a transformação desejada (SINAES, 2007, p. 101).

Compreendidos e identificados os propósitos a que se referem o SINAES e as expectativas das IES em relação à avaliação, pode-se criar processos avaliativos vinculados à regulação promovida pelo Estado e, ao mesmo tempo, efetuar a auto-avaliação nas Instituições, para que elas conheçam a própria realidade e instaurem meios para mudanças que permitam uma consciência pedagógica e a sua vinculação com a sociedade, o que se

traduz em comportamentos de autoconhecimento e engajamento da profissionalidade que implica o ato de educar. Dessa forma, talvez, a *meta-avaliação*, mesmo sendo prerrogativa do poder público, pode ser feita a partir das IES, ou seja, seus partícipes engajados e predispostos a informar a sociedade e tomar as providências sempre que necessárias (SINAES, 2007, p.102-103).

Para Lemes (2008), avaliar é valorar e, para Barlow (2006), o significado de valorar, na tradução latina é “estar forte”, é o de se tornar válido. Portanto, com essa perspectiva, avaliar é demarcar o grau de êxito e, ao mesmo tempo, as possibilidades ainda abertas de um “ser melhor”, de uma realização. É, igualmente, dar vazão a um sentido, revelar em uma conduta a parcela de inteligibilidade já adquirida e a que falta adquirir (BARLOW, 2006, p. 13).

Avaliar é uma trajetória dinâmica de comunicação, em que emissores e receptores podem conduzir mensagens de apropriação sobre o objeto avaliado. Ao avaliador, o propósito de iniciar a comunicação e estar consciente da importância da retroalimentação para a qualidade da comunicação e, ao avaliado, as alternativas para a tomada de decisões para reorganizar a práxis. Avaliar, sendo responsabilidade de extrema generalidade, deve ter comportamentos delimitados e definidos, para que ao praticar o ato de avaliar como instrumento de análise eficaz, possa emitir julgamentos sobre o que e como será formulado, quem emite e quais os critérios de referência em relação ao emissor do julgamento.

O avaliador, segundo Hadji (2001), não deve ser apenas um observador (que examina o que é), tampouco um preceituador (que enuncia o que deve ser), ele deve ser um “comparador”, que mede a distância entre o que é e o que deveria ser.

Observada e identificada a importância da avaliação, cabe aqui citar a necessidade do gestor nesse contexto, um gestor preparado para mediar todo o processo de ensino/aprendizagem que qualifique a práxis. Para Gentilini (2001, p. 46), o gestor deve se preocupar “com os aspectos substantivos, formativos e institucionais – justamente o que dá sentido e justifica socialmente à organização e à educação em sentido amplo – mais um espaço importante da sociedade, o espaço da educação”.

A gestão é a possibilidade de instaurar um diálogo permanente de tomada de decisão junto aos atores do processo, de forma coletiva e não pessoal ou subjetiva (GENTILINI, 2001, p. 49). É pela gestão que se pode propor um modelo alternativo e democrático, que vise a atingir os objetivos primordiais da educação através da avaliação.

O diálogo permanente associado a uma gestão responsável permitirá a interação de todos os partícipes ao utilizar a avaliação como instrumento para validar. Nesse contexto,

Landsheere (1997) propõe métodos de avaliação em que toda a sociedade possa participar ativamente, possibilitando a todos os atores envolvidos entender os processos de avaliar e, pretensamente, que possam antecipar alternativas para o desenvolvimento de metas que proporcionem qualidade à educação.

Desta forma, a proposta inicial de buscar revelar a importância do ato de avaliar como conhecimento foi instituída. Ainda que de forma incipiente, já mostra pistas e caminhos a serem trilhados em busca da superação da “mentalidade educativa” insuficiente, predominante na educação brasileira (LEMES, 2008).

Sendo assim, cabe-nos acreditar, como Bonniol e Vial (2001), na proposição de um nomadismo intelectual, para que possamos abrir caminhos para avançar, apostar na inventividade, nos sentidos de que a busca é permanente e a relação com o mundo nunca é um só caminho; o sentido torna-se sentido de regulação e a partir dela a necessidade de manter em transitoriedade as variáveis que emergem do ato de avaliar.

Referências

BARLOW, M. **Avaliação escolar** – mitos e realidades. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BONNIOL, J. J.; VIAL, M. **Modelos de avaliação** – textos fundamentais. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CUNHA, M. I. (Org.) **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas: Autores Associados, 2005.

DELORS, J. (Org.). **A educação para o século XXI**: questões e perspectivas. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GENTILINI, J. A. Comunicação, cultura e gestão educacional. **Cadernos Cedes**, ano 21, n. 54, 2001.

GLATTER, R. A gestão como meio de inovação e mudança nas escolas. In: NÓVOA, A. (Coord.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 143- 159.

GREGO, S. M. D.; PINHO, S. Z.; BRÁZ, J. R. C.; OBA, E.; RAPHAEL, H. S.; MATOS, M. C. F. I. A construção do processo democrático de auto-avaliação institucional na Unesp. **Avaliação** – Revista de Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 12, n. 2, p. 257-289, jun. 2007.

HADJI, C. **A avaliação desmistificada**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LANDSHEERE, G. **A pilotagem dos sistemas de educação**. Porto: ASA, 1997.

LEMES, S. S. **A avaliação educacional e escolar**: discutindo possibilidades, fundamentos e indicadores diante das necessidades de escolarização atual. 2008. Disponível em: <https://sol.unesp.br/usuario/pdf/avaliacao_educacional.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

SINAES. **Da concepção à regulamentação**. Brasília: Inep, 4. ed., 2007.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo**. São Paulo: Ática, 2001.